



5

Joana Passos

A “Voz” de mulheres afrodescendentes e africanas:

empoderamento e renovação

The Voices of Afro-descendant

and African Women:


Empowerment and renewal

La ‘Voz’ de mujeres afrodescendientes

y africanas:

empoderamiento y renovación

SUMÁRIO



O ponto de partida para pensar este capítulo foi verificar que diferentes textos escritos por mulheres negras²⁵ repetidamente valorizavam o poder da escrita como forma de afirmação do sujeito, e também como meio de intervenção social. Ao mesmo tempo, também relacionavam o racismo da sociedade contemporânea com o passado colonial, na medida em que a história de um passado de violência e agressão aos povos africanos parece ser interpretada por pessoas racistas como uma justificação para continuar a desrespeitar certas minorias que vivem dentro de uma determinada nação, como é por exemplo o caso dos afro-americanos e dos afro-brasileiros.

De fato, várias autoras (bell hooks, Toni Morrison, Grada Kilomba) representavam o ato de escrever como uma forma de empoderamento, pois publicar um texto ou expor uma obra de arte é um momento em que se assume uma voz pública, e conseqüentemente, uma posição como sujeito interventivo. Em consonância com esta visão, neste capítulo, encaro a atividade da escrita por parte de um conjunto de autoras selecionadas como uma atividade estratégica, de autoafirmação, em alguns casos abertamente reivindicativa, em alguns outros, do foro mais literário, sutil e indireta.

Um autor tem uma voz que se pode propagar indefinidamente por diversos públicos, que pode atingir sujeitos distantes, e que constitui um legado que fica registado num dado momento histórico. Ouvir/ler estas vozes tem, portanto, interesse para se refletir sobre o passado colonial e sua herança de racismo, mas também é igualmente importante para se entender as possibilidades estratégicas do presente e definir agendas sociais e políticas para o futuro. Em qualquer dos casos, “ouvir” o que estas vozes têm para dizer sobre marginalização

25 Uso aqui o termo “negra” ou “negras” tal como foi apropriado e transformado pela comunidade afro-americana. Se inicialmente este termo era um insulto na boca de racistas brancos, desde o movimento da *Harlem Renaissance*, nas décadas de 1920 e 1930 nos EUA, o termo começou a ter conotações políticas reivindicativas, reclamando a pertença a uma comunidade que era, e é, parte integrante da nação-estado, para a vida da qual contribuiu, e da qual pode exigir direitos legais, apoios e proteção, tal como qualquer outro cidadão.

SUMÁRIO

e memória histórica parece-me urgente. Daí o meu compromisso em investigar, ensinar e publicar artigos sobre autoras africanas, ou de ascendência africana.

A segunda questão que me empurrou na decisão de escrever este capítulo é que apesar das legítimas críticas ao feminismo branco e de classe média que se encontram nos ensaios das afro-americanas Toni Morrison e bell hooks, ou da britânica Lola Young (citadas no desenrolar deste capítulo), estas críticas não significam que investigadoras brancas, como é o meu caso, investigadora integrada na academia portuguesa, não tenham o dever de participar neste debate. Pelo contrário. Enquanto crítica e académica sou, de certa forma, curadora de bens culturais e consequentemente, promotora (ou não) de certos debates sociais. Acredito que quando somos confrontados com formas de opressão/diferenciação, como o sexismo e o racismo, somos obrigados a considerar a importância e de ouvir/ler as vozes de autoras que o denunciam ou confrontam, como é o caso daquelas que abaixo se discutem. Ser branca não me impede de participar na gestão da minha sociedade, e de desejar reformas sociais para a tornar mais inclusiva, tal como os avanços no sentido da igualdade de gênero não se conseguiram sem a colaboração e apoio de alguns homens.

Por fim, gostaria de referir uma perplexidade que também motivou escolhas metodológicas para a construção deste trabalho. Quando procurei artigos sobre racismo e/ou sexismo a partir do ponto de vista de mulheres negras apareceram-me sobretudo artigos de autoras afrodescendentes, cidadãs que se posicionam numa comunidade minoritária em relação a uma comunidade maioritária, a tal comunidade branca, de classe média. Por contraste, as autoras africanas de países independentes não escrevem a partir deste constrangimento face a uma maioria nacional branca. Podem, isso sim, escrever sobre tensões com outras comunidades vizinhas, e podem sentir-se exploradas pela sua condição de mulheres por comparação com os homens da sua


SUMÁRIO

sociedade. Mas com certeza que as autoras africanas também pensam sobre racismo nas sociedades atuais e sobre formas de ir além da traumática herança de memórias coloniais. O que se revelaria ao pôr autoras afrodescendentes e autoras africanas em diálogo?

Todas as autoras que vou citar escreveram ou escrevem literatura. Algumas também produziram ensaios teóricos. Grada Kilomba é também uma artista visual, com obra diversificada. Cada qual tem a sua forma de expressão. Naturalmente, a visão das autoras afro-americanas que escolhi citar não coincidirá totalmente com o ponto de vista de autoras afro-europeias, ou africanas. Isto porque cada uma está inserida numa sociedade particular, envolta em circunstâncias específicas, que as fazem ver as dinâmicas do sexismo e do racismo de formas particulares. Mas de certeza que também existem afinidades várias, e por isso faz sentido ler umas paralelamente às outras, sem homogeneizar a riqueza da diversidade, nem esperar conclusões universais. Cada sujeito tem a sua voz e as suas prioridades.

Também queria explicitar que não vou abordar aqui autoras afro-brasileiras, e deixo o convite aberto às colegas do Brasil para explorarem essa vertente do argumento que aqui se constrói. A par de duas autoras afro-americanas de referência, Toni Morrison e bell hooks, vou invocar palavras de Grada Kilomba, que é uma voz portuguesa, embora escreva a partir da Alemanha. Também cito um artigo de Lola Young (autora por acaso citada por Kilomba, mas a propósito de um outro tema) sobre o chamado *black feminism* (que traduzo para português como “feminismo negro”) no contexto do Reino Unido. Falar-se do Reino Unido ao considerar as agendas das comunidades afro-europeias em termos de gênero e em termos de racismo parece-me relevante, dado que este é o país europeu que recebe o mais elevado índice de emigração, já há muito tempo, tendo-se aí fixado diversas comunidades

SUMÁRIO



em diáspora (EUROSTAT, 2015)²⁶. A propósito, sublinhe-se que no caso da União Europeia como um todo, segundo estatísticas oficiais²⁷, os emigrantes ilegais de origem africana representam mais de um terço do número total, para dados de 2019/2020, num total de 39,8% (e creio que se encontraram mais alguns entre a misteriosa percentagem de 23,6% que são designadas por “outros”). Ou seja, a ligação a países africanos, por relações familiares, continua a ser renovada, à medida que chegam novos migrantes. Por isso mesmo, pelo menos deste lado do Atlântico, não faz sentido separar autoras africanas dos debates de outras comunidades afrodescendentes.

Sendo assim, a par das autoras acima citadas, também vou abordar textos de duas autoras africanas de língua portuguesa, nomeadamente, uma novela de Lília Mompilé (Moçambique) e um conto de Orlanda Amarílis (Cabo Verde). A característica que une estes dois textos literários é que nos propõem formas de autoafirmação coletiva, positiva, procurando caminhos que vão para além do trauma que significa o confronto com discursos racistas do presente e também com a pesada memória da história colonial. As autoras africanas escolhidas falam a partir de uma posição de autonomia e independência conquistada, e, pela sua intervenção, afirmam a possibilidade de mudanças que subvertem a associação entre “voz de mulheres negras” e posições minoritárias ou marginalizadas, mesmo quando essas vozes são assertivas. Como alternativa construtiva, penso que acompanhar-se o processo de independência e reconstrução de nações africanas é um exemplo de autoafirmação que pode constituir uma base de orgulho e confiança para se pensar com mais respeito o lugar das comunidades afrodescendentes inseridas em nações estado que ainda se veem como sociedades “brancas”, sem reconhecer a sua real diversidade racial, que aliás não é recente.

26 A seguir ao Reino Unido, que recebeu 591.000 imigrantes num ano, os países europeus que recebem mais emigrantes são a Espanha, 465.200, a Itália, 404.900, e em quarto lugar, a Alemanha, 404.100. Estes dados são do ano de 2010.

27 Idem.

TEORIZAR A “VOZ”

Vou seguir, ao longo deste capítulo, um coro de vozes críticas e literárias de mulheres negras, tentando dialogar criticamente com cada uma delas. Como considero que as vozes de autoras de língua portuguesa não estão isoladas, vejo como um caminho produtivo estabelecer paralelismos para além de barreiras linguísticas. Vou começar por citar algumas autoras de língua inglesa, num registo mais ensaístico do que literário. Interessam-me algumas das ideias que levantam para se pensar formas de confrontar o racismo a partir do pensamento das mulheres que escrevem.

Quer na América, quer no Reino Unido, as autoras que refletem sobre racismo fazem-no a partir de um discurso comunitário, identificado com minorias que vivem dentro da nação-estado. No caso inglês, a mobilidade dos cidadãos e a constante chegada de novos imigrantes fazem com que frequentemente se fale de racismo em articulação com questões de emigração.

Segundo Lola Young (2000) o fato de se ser um sujeito afrodescendente nas ruas de Londres levanta sempre questões de pertença e identificação, ou, pelo contrário, de sentimentos de exclusão e revolta. No caso das mulheres, esta questão tem outras implicações específicas, pois a integração na sociedade hospedeira pode implicar conflito com a sociedade de origem, visto que as mulheres são tidas como as guardiãs de certas tradições, e é delas que se espera que assumam determinados papéis e comportamentos sociais, no âmbito da família tradicional, heterossexual, preservando a identidade da comunidade no espaço doméstico e familiar.

Por outro lado, Lola Young (2000) argumenta que se pensarmos em questões de gênero em articulação com práticas racistas, é de sublinhar que uma noção como “feminismo negro” (*Black Feminism*) ainda

SUMÁRIO

implica que são as mulheres negras que têm de se demarcar. Quando se diz “feminismo” pensa-se em termos universais. No entanto, nunca se ouve “feminismo branco”. Ou seja, uma pensadora branca não necessita de se demarcar, sente-se abrangida pelo universal. É a autora afro-britânica ou afro-americana que tem de se demarcar (2000, p. 50).

Black British Feminism é um debate que começou pelo final dos anos 90, no Reino Unido, e embora se debruçasse especificamente sobre o caso britânico, tem interesse para a nossa presente reflexão porque cruza a questão da emigração (ou da diáspora) com os problemas de racismo que existem dentro da Europa.

Curiosamente, há mais de 20 anos, Lola Young criticava os estudos pós-coloniais como sendo historicamente neutros, e pouco úteis para um discurso interventivo em termos políticos. Creio que Young não equacionou a diferença entre estudos pós-coloniais, pós-modernistas e pós-estruturalistas (que é a comparação que a autora faz). E a diferença entre o primeiro termo (pós-coloniais) e os outros dois é precisamente o fato de os estudos pós-coloniais terem uma agenda política concreta, materializada na desconstrução crítica de uma visão eurocêntrica do mundo, na revisão da história colonial que nos foi transmitida até recentemente, e (aqui em paralelo com o pós-modernismo) na perda de credibilidade das hegemonias que a ideologia colonial promovia e consolidava. Mesmo que estes debates estejam a acontecer agora, já se tinham afirmado na altura.

Do pensamento de Lola Young retiro um enquadramento que ecoa em outras autoras afrodescendentes, o qual implica sempre o confronto como uma sociedade maioritária, branca, neste caso, em articulação com as dinâmicas de emigração. Ora esta mobilidade entre dois mundos – a sociedade de origem e a sociedade hospedeira – cria na identidade do sujeito migrante uma divisão interna, que, erradamente, pode confundir-se com a legitimação da ideia de que se é, indefinidamente, estrangeiro à sociedade onde se reside. O que há a fazer,


SUMÁRIO

diz Young, é sublinhar essa ideia de pertença, e contrariar a associação entre um visual africano e “ser-se de outro sítio”.

Na sequência de rotas migratórias de longa duração, às quais correspondem números significativos de imigrantes residentes, forma-se uma comunidade em diáspora, isto é, consolidada e visível, como por exemplo os caribenhos no Reino Unido, ou os cabo-verdianos em Portugal. No caso das comunidades em diáspora, diferentes gerações destas comunidades já nascem no país para onde os avós emigraram. Nestes casos, a antiguidade da comunidade em diáspora torna-se uma base de integração no país de chegada. O problema, acrescentaria eu, é se a identificação com a comunidade remete os sujeitos para “o bairro” ou “*ghetto*”, esse espaço isolado onde não se tem acesso a uma plena cidadania.

A par de Young, considero que ter acesso a formação e a oportunidades de escrita (ou outras formas de discurso criativo) é uma maneira de subverter expectativas limitadas ou restritivas, em relação às possibilidades que estão abertas a sujeitos oriundos dessas comunidades. O sucesso das vozes de alguns dá confiança ao resto da comunidade, e representa um reconhecimento que deita por terra imagens racistas como “o marginal”, ou “o desempregado”. Mudar estes estereótipos é fundamental para se projetar uma ideia positiva do contributo que uma dada comunidade traz ao todo. Por exemplo, no esporte e na música, creio que já se reconhece como um “bem” a nação ser representada pelo talento de cidadãos afro-europeus. Em Portugal, a par de tantos problemas racistas, vejo como uma nota positiva a premiada carreira da jornalista Conceição Queiroz, que representa uma mudança na imagem branca da televisão portuguesa. Também a publicidade que passa na mídia deixou de normalizar o “público-alvo” como a comunidade branca. Aparecerem diversas etnias nos anúncios publicitários que normalizam uma ideia de sociedade plural e diversificada, e representam-se as comunidades em diáspora como parte integrante do cotidiano da nação. O caminho do futuro tem de ir por aí.

SUMÁRIO



Num texto impactante, *Memórias da plantação* (2019) (traduzido para várias línguas, incluindo o português), Grada Kilomba analisa aquilo a que chama “episódios de racismo cotidiano”. Kilomba apresenta como um importante passo estratégico para as mulheres negras o “fazer-se ouvir”, assumindo para tal uma posição de sujeito, e reclamando uma assertiva consciência de si.

Kilomba fala muito da invisibilidade dos cidadãos não-brancos em sociedades racistas, ou das expectativas que determinam quem pertence a certos espaços e funções. Por exemplo, numa biblioteca alemã, onde era a única aluna negra, Kilomba era vista com surpresa, como se a sua presença ali fosse estranha, como se o seu corpo estivesse “fora do lugar”.

Mas, a serem vistos, estes corpos têm de ser interpretados nos seus próprios termos, a partir do seu ponto de vista, e não através das projeções e preconceitos que lhes são atribuídos, ou que neles são projetados pela sociedade majoritária, hegemônica, branca. Como diz Grada Kilomba, a subalterna *pode falar* e representar-se, desde que a sua voz seja ouvida. Esta afirmação de Grada Kilomba invoca uma outra, anterior, de Gayatri Spivak, a qual escreveu o famoso artigo *Can the Subaltern Speak?* (SPIVAK, 1988). Nesse texto anterior, Spivak concluía que o sujeito que está numa posição subalterna, periférica, não tem direito a representar-se nos seus próprios termos, porque o seu discurso/fala/escrita não chega aos canais de divulgação que lhe permitiram ter impacto, nem tem o reconhecimento que lhe permitiria participar na construção do que se considera a verdade e o saber num dado momento histórico. Grada Kilomba retoma as palavras de Gayatri Spivak, interpretando-as desta forma:

Gayatri Spivak (1995) formula a seguinte pergunta: ‘Pode a subalterna falar?’ À qual responde imediatamente: ‘Não!’ É impossível à Subalterna falar ou recuperar a voz, pois mesmo que ela se esforçasse com toda a sua força e violência, ainda assim a sua voz não seria ouvida ou entendida por quem detém o poder.

SUMÁRIO

Nesse sentido, a subalterna não pode realmente falar; ela está sempre confinada à posição de marginalidade silêncio prescrita pelo pós-colonialismo. [...]

A posição de Spivak quanto à subalterna silenciosa é, contudo, problemática se for tida como afirmação absoluta das relações coloniais, porque sustenta a ideia de que o *sujeito negro* não está apto a pôr em causa e a contrariar os discursos coloniais (Grada KILOMBA, 2019, p. 47-48).

Todas as autoras citadas neste capítulo provam que as mulheres – e mais especificamente, as mulheres negras – não são silenciosas. Podem, de fato, ter muito impacto, e podem pôr em causa e contrariar os discursos coloniais/racistas. Aliás, existe toda uma genealogia de vozes de mulheres negras que serviram de exemplo na conquista deste espaço de fala, e a prestar homenagem a algumas delas, tomarei como referência duas autoras afro-americanas, Toni Morrison e bell hooks, que teorizaram com clareza a importância de se ter voz pública, isto é, de escrever, ser publicado, ser lido. Em língua portuguesa, uma das suas sucessoras parece ser Grada Kilomba, que tão claramente teoriza a importância de se ser ouvida/lida.

Não penso que o conceito de emigração ou diáspora se aplique, pelo menos da mesma forma que o fazemos no contexto europeu, às comunidades afro-americana e afro-brasileira. Em termos sociológicos, o caso afro-brasileiro e afro-americano parece-me diferente do europeu: não podem nunca ser vistos como “estrangeiros” temporariamente presentes, a população afrodescendente não está dividida em comunidades associadas a variados países de origem, nem se tem por significativa a chegada de novos indivíduos. Nestes casos, falamos de uma comunidade antiga, parte integrante da nação, mas marginalizada em termos de classe social e do correspondente acesso a oportunidades. Obviamente, não creio que o conceito de diáspora ou de emigração sejam operativos nestes dois casos. Será mais útil pensarmos em “minorias”, não necessariamente no sentido restrito de

SUMÁRIO

números demográficos²⁸, mas no sentido da intersecção de raça com pobreza e outros eixos de marginalização social.

Tomemos então duas pensadoras afro-americanas, Toni Morrison e bell hooks, como guia para se demonstrar a importância de se ler/ouvir autoras negras, num pensamento que também parte de dentro da nação, mas das suas margens ou periferias sociais.

Num artigo intitulado *Talking Back* (1987), bell hooks fala de “responder” como se estivéssemos a falar de igual para igual com uma figura de autoridade. “*Talk back*” também pode ser traduzido como “contra-argumentar”, “discutir”, ou responder de forma “desabrida, desafiante”. Em termos de gênero, “talk back” tem ainda uma conotação específica, de comportamento desviante, pois, segundo hooks, representa o oposto do silêncio, e o silêncio é considerado, de um ponto de vista misógeno, “o correto discurso da feminilidade – o signo da submissão feminina à autoridade patriarcal” (hooks, 1987, p. 125, tradução minha²⁹). Crescendo nesse meio patriarcal, que encorajava a mulher ao silêncio em termos de discurso público, a autora afirma que teve de lutar contra si própria e as suas inseguranças no sentido de conquistar uma voz, e apesar de enfrentar muitas críticas, nunca abdicou do seu “direito a falar”. Até porque compreendia que as formas de silenciamento que as mulheres enfrentam são várias, e multidimensionais. Frequentemente, para as mulheres afro-americanas, o racismo intersecciona-se com sexismo e barreiras de classe social numa articulada e eficaz série de barreiras que acaba por remeter as mulheres ao silêncio. Por isso, quando se vai a uma livraria (a autora refere-se ao contexto americano, mas creio que podemos generalizar as suas palavras

28 No caso de Brasil, a comunidade afrodescendente representa atualmente mais de metade da população, e nos EUA, representa 12,4%, o que corresponde a 41 milhões de pessoas, mais 5,8 milhões que representavam famílias que combinavam afro-americanos com outras etnias.

29 Do original: “*right speech of womanhood – the sign of woman’s submission to patriarchal authority*”.

SUMÁRIO

a outros contextos), os livros de autoras de ascendência africana ou de outras minorias são desproporcionadamente poucos. Mas as que estão lá representam uma vitória contra “probabilidades injustas” (expressão usada por hooks).

Em concordância com as palavras de hooks, considero que é muito importante ler e escrever sobre autoras africanas e afrodescendentes, pois lhes dar visibilidade é encorajar outras mulheres a não se remeterem ao silêncio. Por outro lado, do ponto de vista estético e de refinamento formal e intelectual, as autoras aqui abordadas constituem, pela sua qualidade, prova evidente de “um assalto” ao cânone, o qual, pelo menos na Europa, se tem vindo a transformar desde os anos noventa, de forma a incluir mais mulheres, mais autores da diáspora, e mais diálogos críticos com escritores da África e da Ásia, todo um conjunto de vozes dissonantes face ao “homem branco”, e que se impuseram junto do público, nas listas de prêmios e nas teses da academia. Esta transformação no universo dos debates críticos, em parte, reflete o impacto social dos estudos feministas, dos debates pós-coloniais e também do pós-modernismo (o qual promoveu o interesse por registos mais populares, por formas híbridas em articulação com pastiche e citação paródia, bem como pela desconstrução).

Criar uma tradição literária internacional, um cânone transnacional se quisermos, escrito por mulheres afrodescendentes e africanas é motivo de autoafirmação e de orgulho para várias comunidades, numa manifestação cuja respeitabilidade é reconhecida e cujo poder de interpelar públicos é aberta e renovável. Por isso, acho fundamental reunir neste capítulo todas estas vozes e convocar para este debate não só autoras afrodescendentes, mas também as ideias de autoras africanas.

Acrescentaria ao argumento que venho desenvolvendo, uma reflexão inspiradora de Toni Morrison sobre a importância de se escrever e publicar. A linguagem com a qual nos representamos, os termos em que vemos o mundo, as ideologias e os valores que nos guiam,

SUMÁRIO



não podem partir de um único ponto de vista. O poder hegemônico, maioritário, nada oferece ao todo da nação em termos de diversidade ou integração da diferença. Se as narrativas que circulam nos currículos educativos, nas vitrines das livrarias e na mídia são majoritariamente narrativas brancas, o que oferecem aos sujeitos negros? Uma alienação de si, a sensação de não coincidirem com os sujeitos a quem se dirigem todos estes discursos: apenas lhes resta sentirem-se desajustados. Por essa razão, diz Morrison: “[...] *Oppressive language does more than represent violence; it is violence; does more than represent the limits of knowledge; it limits knowledge*” (MORRISON, 1993³⁰). Também por esta razão penso que é necessário fazer circular narrativas alternativas, promovendo a disponibilidade de textos escritos por sujeitos negros. É como diz Chinua Achebe³¹, uma questão de criar um equilíbrio nas histórias disponíveis. Consequentemente, escrever – tomar a responsabilidade por ter uma voz –, é uma questão de suma importância estratégica para as mulheres negras lutarem contra o racismo em todo o mundo. É um modo de afirmarem a sua verdade, e imaginarem a silenciada história de resiliência e de superação que é a da sua comunidade.

Para além das vozes mais ensaísticas que até aqui explorei, queria agora voltar-me para uma análise de dois exemplos de discurso literário, considerando que as duas autoras africanas de língua portuguesa que abaixo se abordam estão num *continuum* com as ideias das autoras acima referidas, numa coletiva genealogia de pensamento no feminino que se articula com questões de racismo, pertença e autoafirmação.

No caso das duas autoras africanas consideradas, as suas referências mais próximas numa genealogia de mulheres dentro dos

30 Tradução minha: “[...] A linguagem opressiva faz mais do que representar violência; torna-se uma violência; faz mais do que representar limites de conhecimento; limita o conhecimento”. Toni Morrison – Conferência da atribuição do Prêmio Nobel em 1993. Morrison foi a primeira mulher afro-americana, e a primeira mulher de ascendência africana, a ganhar este prêmio.

31 Ver Chinua Achebe, *Home and Exile* (2003).

SUMÁRIO


respetivos cânones nacionais são, para Lília Momplé (1935-), a poeta Noémia de Sousa (1926-2002), que foi a única mulher moçambicana a publicar textos antes de Lília Momplé. Para Orlanda Amarílis (1924-2014), primeira mulher de renome nas letras de Cabo Verde, serão talvez as senhoras que publicavam um ou outro poema nos almanaques luso-brasileiros que circulavam no século XIX.

ORLANDA AMARÍLIS E AS
MEMÓRIAS DO IMPÉRIO

Vou começar por abordar um conto de Orlanda Amarílis (1924-2014), escritora cabo-verdiana que viveu grande parte da sua vida em Portugal, visto que casou com o professor Manuel Ferreira, português, e um dos pioneiros na divulgação das literaturas africanas dentro da academia portuguesa. Assim, a sua própria experiência de vida tornou-a uma autora particularmente atenta às vicissitudes enfrentadas pelos imigrantes cabo-verdianos em Portugal (que foram aliás, nos anos 1980, a principal comunidade emigrante que aí residia), mas também abordou com acutilância questões de gênero, e cultivou uma visão crítica, frequentemente irônica, em relação ao regime colonial e ao Estado Novo.

No seu conto *A Casa dos Mestros* (1989), que também dá o nome a uma das suas coleções, Orlanda Amarílis apresenta-nos um conto sobre “uma transgressão”, tal como se pode ler na epígrafe. Em princípio, esta transgressão seria a violação incestuosa da filha Violeta, pelo seu pai. Mas, também é uma transgressão igualmente séria o assassinato da madrasta, por parte de Violeta. Logo, nesta família, não há inocentes. O universo temporal que o conto abarca é incerto, mas esgota o tempo de vida de Violeta, de seu pai, e do primo. Aparentemente, o que interessa nesta narrativa é o contraste entre a vida vazia e maldosa das personagens que habitam o sobrado, e a riqueza

SUMÁRIO



dessa casa, herança de outros tempos. Casa de sobrado, em Cabo Verde, é uma casa com loja ou armazém no rés-do-chão e habitação de família no primeiro andar. São casas antigas, edificadas no contexto da colonização portuguesa. O que se propõe ao leitor é assistir “ao dismantelar de algumas vidas sem história” (1989, p. 43), que será o inverso de habitar uma casa histórica. Dentro desta casa, espaço privado e isolado, está destinada às mulheres uma castradora repressão sexual, que desequilibra Violete e a isola do fluir da vida. Por contraste, apesar da muito ativa vida sexual dos dois homens da casa – e sublinhe-se que entre outras mulheres, ambos usam o corpo de Violete³² –, ninguém gera filhos. A casa dos mastros, onde se hasteava a bandeira portuguesa, monárquica (1989, p. 44), é afinal estéril.


A casa, de herança não repartida dos bisavós, conservava um mastro longo em sucupira virgem, elevando-se na ponta esquerda do sobrado. Em dias festivos e santos, a bandeira monárquica, batida fortemente por rajadas de nordeste, mostrava-se com garbosidade menineira por toda a cidade. Quando o pai de Violete entrou na família por segundo casamento, encomendou novo mastro, este em mogno da Guiné, e mandou-o colocar na outra ponta do sobrado (AMARÍLIS, 1989, p. 44).

Descreve-se assim, em passagens cruzadas com referências à vida inepta dos membros daquela antiga família, a história da própria casa, construída – e esse detalhe é importante – a partir de matérias-primas trazidas de outros pontos do império. A edificação da casa é assim prova de antigos mecanismos de apropriação, a sucupira do Brasil, o mogno da Guiné.

Também é importante que a descrição de algumas das riquezas da casa desemboque, simbolicamente, num ritual de morte como é o caso de um velório:

32 De fato, o primeiro violador é o padre da vila. Violete é assim abusada por vários homens que supostamente representam a ordem moral (o padre) e a tradição hegemônica (os senhores da casa de sobrado).

SUMÁRIO




Sala ampla de longa mesa ao centro. No guarda-pratas assente sobre o aparador, brilhavam os cristais, um bule de prata com coador no interior, salvas para várias finalidades. Para serviço individual como levar um copo de água fresca a uma visita surpreendida pelo mormaço da rua, para longas filas de taças, copos e copinhos de champanhe, refrescos ou licor de tangerina em dias de aniversário, para arrumar nela rimas de pratos fundos onde se servia a canja em noite de vela. O morto no meio da sala de visitas [...] (AMARÍLIS, 1989, p. 50).

E toda esta acumulação de bens, serviu, afinal, para nada. Não serviu objetivo nenhum, não deixou obra ou legado.

Por um lado, pode ler-se nesta narrativa uma crítica às desigualdades de gênero em Cabo Verde, e de como a repressão sexual das mulheres é fator de estagnação. Ao mesmo tempo, representar a casa de sobrado como espaço de morte e de decadência, por comparação com um passado luxuoso, invoca uma mudança de tempos, como se a deterioração da casa de família, e a degradação das personagens que a habitam, reproduzisse o processo de erosão do império e o apodrecimento das suas ruínas. Assim sendo, “os mastros”, clara metáfora fálica, não têm utilidade, e já não servem para hastear bandeiras, símbolos de poder instituído.

A ligação entre privado e público faz-se via a passagem do tempo, pelas mudanças que se vão verificando. Se ao longo do tempo as pessoas, os locais e as dinâmicas de poder se esboroam, também não haverá regimes inalteráveis, nem estruturas de poder inabaláveis, sobretudo se aqueles que habitam a casa privilegiada são personagens sem capacidade de renovação, ou de empatia. E será o isolamento face à comunidade, marcado por distâncias sociais, que acaba por ditar a degenerescência e extinção da casa (imperial). Ninguém tem amigos, ninguém convive. Ficam paralisados pelos seus fantasmas e recordações, incapazes de viver no presente.

SUMÁRIO



Interpreto este conto de Orlanda Amarílis como um exemplo de escrita que permite corroer a supremacia legitimadora de certas memórias históricas tingidas de grandeza, e que, por consequência, correspondem a uma legitimação simbólica na continuidade de certas práticas sociais racistas.

O que é liberador no texto de Amarílis é que se afirma, de várias formas, que o império acabou, que acabou de uma forma abjeta, patética, sem grandeza nem heroísmo, que nunca teve legitimidade moral, e que, por conseguinte, não pode servir de modelo ou tradição que justifique práticas racistas do presente. Ao mesmo tempo, se aplicarmos esta narrativa às sociedades europeias do presente, a mensagem também é muito clara: aquele que se isola nos seus privilégios, sem contato com outras forças vitais da sua sociedade, acaba por se extinguir, acaba por perder o contato com a fluir da vida, a transformação dos tempos e a renovação.

Com esta análise do conto de Amarílis creio ter demonstrado como textos de autoras africanas podem ser perfeitos interlocutores para as questões abordadas por autoras afrodescendentes, pelo que não faz sentido separarem-se estas vozes que têm óbvias cumplicidades.


No caso português existem várias autoras que poderiam falar a partir da posição de afrodescendente em Portugal, como por exemplo, Aida Gomes ou Djaimilia Pereira de Almeida. Mas eu não queria reduzir este debate a questões locais. Também será importante estudar-se o caso português na sua especificidade (o que farei num outro artigo). Mas não é isso que pretendo com este trabalho. Pelo contrário, pretende-se aqui estabelecer paralelos e ligações que definem os contornos de um diálogo mais internacional e mais global, e que está a decorrer em diversas línguas.

LÍLIA MOMPLÉ E AS PRÁTICAS NEO-COLONIAIS DE DESESTABILIZAÇÃO

Na sua novela *Neighbours* (2012), Lília Momplé não foca o fim do império, mas antes a desestabilização do estado pós-independente em virtude das práticas neocoloniais – de interferência e agressão – por parte de regimes hostis, como foi o caso da África do Sul em relação a Moçambique. É bem verdade que a ação do texto se desenrola no tempo em que o regime do *Apartheid* estava em vigor na África do Sul (entre 1948 e 1994), mas ao mesmo tempo que o texto evoca um período histórico concreto, também levanta uma questão mais geral, relativa à desconfiança que as independências das antigas colônias podem ter provocado a nível internacional ou, neste caso, regional.

Ao denunciar esta situação (do passado), Momplé sublinha a necessidade de, hoje em dia e sempre, se continuar a resistir contra forças adversas, distópicas, que tanto podem ser intranacionais como externas. Ao nível dos problemas internos, a história das várias personagens desta narrativa vai revelando a corrupção e os compadrios que existem na sociedade moçambicana, na procura de “cunhas” para passar à frente dos outros no aluguel de casas, ou para se conseguir habilitações falsas. Por outro lado, a nível externo/internacional, o principal foco crítico desta novela é a África do Sul, expondo-se várias das manobras cotidianas de desestabilização do estado vizinho, que defendia a supremacia branca. Por isso, o título da novel é *Neighbours*, que em inglês significa “vizinhos”. Recorde-se que o fim do *Apartheid* só aconteceu em 1992, por referendo nacional (só para brancos) em que 69% dos eleitores votaram a favor do fim do regime segregacionista. No ano seguinte, De Klerk e Nelson Mandela receberam o prêmio Nobel da Paz, tal como havia acontecido anteriormente com os seus compatriotas Albert Luthuli, em 1960, e o bispo Desmond Tutu, em 1984.

SUMÁRIO



Resumidamente, a novela de Momplé narra a organização de um atentado terrorista por parte de agentes sul-africanos, em colaboração com personagens moçambicanas que se definem pela falta de caráter. A ação segue a vida de três casas, e de três famílias, que vivem na mesma rua. Numa destas casas vivem os alvos, noutra, os terroristas, e numa terceira, uma família muçulmana cuja matriarca é morta durante o atentado, tornando-se um dano civil colateral.

Ao narrar a anatomia de um ataque terrorista, Momplé leva-nos por meandros inesperados que não permitem um olhar inocente. Destacaria o requinte de deixar claro que os atacantes sabem que as suas vítimas *não* são refugiadas do ANC (O Congresso Nacional Africano, partido que acabou com o regime racista), mas isso não interessa. Matar aquele jovem casal serve o mesmo propósito, sejam militantes ou não: enviar uma ameaçadora mensagem a todos os que quiserem acolher simpatizantes do ANC. Mesmo se mortos supostamente por engano. A mensagem enviada é clara. A narrativa deste ataque terrorista materializa um exemplo de racismo de estado levado ao nível de uma intervenção além-fronteiras. Achei que seria pertinente trazer esta vertente dos conflitos raciais ao leque de questões que foram sendo referidas por algumas das autoras acima citadas.

Através de uma série de *flashbacks*, a narrativa de Momplé apresenta o percurso biográfico dos três colaboradores moçambicanos, concluindo cada uma destas apresentações com as razões destes homens para se aliarem aos sul-africanos: “[...] O que levou Dupont a tornar-se cúmplice dos outros dois foi a ganância por dinheiro” (MOPLÉ, 2012, p. 73). “[...] O que levou Zalúia a tornar-se cúmplice dos outros dois foi a voraz sede de vingança” (MOPLÉ, 2012, p. 87). “[...] O que levou Romu a tornar-se cúmplice dos outros dois foi o ódio desvairado à sua própria raça” (MOPLÉ, 2012, p. 99).

SUMÁRIO

Efetivamente, não será a partir destes sentimentos que se consegue reconstruir um país, nem será pelo ódio que se conseguem unir comunidades.

Aliás, o racismo acaba por ser o motivo mais forte para se entender este atentado como um ato militar, como realmente o é, a avaliar pela descrição do agente sul-africano:

Militar de carreira, especializou-se em ações de desestabilização contra Moçambique e Angola, logo que estes se tornaram independentes. Não é a primeira vez que opera dentro do país, pelo que encara com a maior serenidade a missão que irá cumprir esta madrugada (MOPLÉ, 2012, p. 121).

Paralelamente à reflexão sobre interferências políticas externa e os racismos vários que nos separam, Lília Momplé também aborda várias questões de gênero ao longo da sua narrativa. Refere-se por exemplo, que casamentos fora da comunidade são mal vistos, e dificilmente se consegue a aprovação da família. Não só existem barreiras matrimoniais entre indianos a africanos, como a comunidades muçulmana também se fecha sobre si própria. A casa de Narguiss, família muçulmana, é a linha narrativa que mais claramente fala do estatuto das mulheres. Narguiss vive com as três filhas solteiras, e está muito preocupada por estas não conseguirem “agarrar marido”. Esta preocupação ainda é maior com a mais nova, Muntaz, que não está sequer interessada no casamento e só pensa nos estudos. O interesse pela sua própria educação é algo que é muito mal visto pelos pais e, deduz-se, pela sua comunidade em geral. Muntaz representa assim um novo tipo de mulher: cidadã ativa, com literacia política e iniciativa própria. As suas ambições são opostas às da geração da sua mãe, que se limitou a aceitar os dois maridos que teve, suportando as suas infidelidades.

Muntaz está acima de tudo comprometida com o projeto de reconstruir Moçambique e contribuir para uma sociedade melhor com o seu trabalho. É este compromisso com as possibilidades do futuro

SUMÁRIO

que a levam a ver a emigração das primas para Portugal como uma desistência, quase uma traição.

Por fim, queria focar na personagem Mena, que é vítima de violência doméstica. Esta Mena, acabrunhada por um marido controlador, acaba por encontrar dentro de si a força para ser a denunciante do atentado. Enquanto cozinha para os homens reunidos em sua casa, apercebe-se, a partir de fragmentos de conversas, da missão que estão a preparar. Quando saem, Mena pega no telefone, liga para a polícia, e tenta impedir que uma tragédia aconteça. Será tarde demais para salvar as vítimas, mas pelo menos consegue que os culpados sejam apanhados. E para Mena, esse gesto de rebelião, ao tornar-se denunciante, acaba por ser o princípio da sua própria libertação. Depois da intervenção da polícia, subentende-se no final da narrativa que o marido violento estará, necessariamente, entre os mortos, ou então entre os presos.

COMENTÁRIOS FINAIS

Após ter convocado uma série de textos escritos por mulheres negras sobre a conquista de uma voz autoral e a importância estratégica desta voz pública para se realizarem formas de auto-representação e se promover a visibilidade de diferentes comunidades dentro da pluralidade compósita das sociedades contemporâneas, procurei explicitar um conjunto de temas e ideias paralelamente abordados pelas autoras, tanto em termos ensaísticos como em termos literários, demonstrando não só a produtividade de um estudo comparativo entre autoras afro-descendentes e autoras africanas, mas também a profundidade e relevância das propostas apresentados por todas estas autoras para se pensar de uma outra forma o lugar de diferentes sujeitos no todo da nação-estado, bem como as formas de resistir à propagação e persistência de discursos racistas que aqui se desconstruem e confrontam.

REFERÊNCIAS

- ACHEBE, Chinua. **Home and Exile**. Edinburgh: Canongate Books, 2003.
- AMARÍLIS, Orlanda. **A casa dos Mestros**. Lisboa: Editora Alac, 1989.
- BHABHA, Homi. **The Location of Culture**. London: Routledge, 1994.
- CHAKRAVARTY, Dipesh. **Provincializing Europe**. EUA: Princeton University Press, 2008.
- EUROSTAT, Arquivo Europeu de Estatísticas, documento revisto em 2015, acessado em 2022. Disponível em: [https://www.nobelprize.org/prizes/literature/1993/morrison/lecture/](https://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php?title=Archive:Estad%C3%ADsticas_da_migra%C3%A7%C3%A3o_e_da_popula%C3%A7%C3%A3o_migrante&oldid=219712#:~:text=O%20Reino%20Unido%20comunicou%20o,nos%20Estados%2DMembros%20da%20UE.hooks,bell.Talking Back. In: DISCOURSE, vol. 8, She, the Inappropriate/D Other, Fall-Winter 86-87. Detroit: Wayne State University Press, 1987, p. 123-128.</p>
<p>KILOMBA, Grada. Memórias da Plantação. Lisboa: Orfeu Negro, 2019.</p>
<p>MIGNOLO, Walter. On Decoloniality. Durham: Duke University Press, 2018.</p>
<p>MOMPLÉ, Lília. Neighbours. Porto: Porto Editora, 2012.</p>
<p>MORRISON, Toni. Nobel Lecture, 1993. Disponível em: <a href=). Acesso em: 14 jan. 2022.
- SPIVAK, Gayatri. Can the Subaltern Speak?. In: NELSON, Cary; GROSSBERG, Lawrence (ed). **Marxism and the Interpretation of Culture**. Urbana: University of Illinois Press, 1988, p. 271-313.
- YOUNG, Lola. What is Black British Feminism?. **Women: A Cultural Review**. V. 11, n. 1/2, Taylor & Francis, p. 45-60, 2000.